
Josep Sánchez Cervelló, *A revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*. Lisboa, Assirio & Alvim, 1993. Tradução de José Colaço Barreiros e prefácio de Hipólito de la Torre Gómez.

"Os dois países peninsulares são como irmãos siameses, e se um adoecer e morrer, o outro terá de carregar o morto"

Francisco Franco

"Portugal tão perto e tão diferente"

slogan de uma campanha publicitária de turismo realizada em Espanha a partir de Junho de 1974

1. Ao contrário do que seria de esperar, a publicação da obra de Josep Sánchez Cervelló *A revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)* passou quase despercebida no panorama editorial português.

Excepção feita a duas breves recensões, uma de Víctor Cunha Rego no *Jornal Independente* (7 de Maio de 93), curiosamente intitulada *O espanhol imparcial* e outra de Alexandre Manuel, não conhecemos mais nenhuma referência, em Portugal, a este importante ensaio.

Os motivos de tal desinteresse são tanto mais incompreensíveis quanto é certo que nos encontramos perante um trabalho muito diferente da maior parte das obras dedicadas ao 25 de Abril de 74, quase sempre escritas ou por intervenientes directos, ou por pessoas ideologicamente muito próximas desses intervenientes directos e, consequentemente, veiculando posições ainda muito apaixonadas sobre os acontecimentos de que falam. Pelo contrário, trata-se de um

trabalho cujos pressupostos e resultados científicos o projectam muito para além de mais uma obra a favor ou contra o 25 de Abril.

Antes de mais, pela própria metodologia adoptada. Sánchez Cervelló ultrapassou com assinalável êxito os graves problemas de documentação que necessariamente surgem a quem queira estudar o 25 de Abril a uma distância historicamente tão curta e que se traduzem, no essencial, por um lado, na impossibilidade de consulta de inúmeras fontes históricas (arquivos oficiais ou privados, civis ou militares, bem como outro tipo de documentação de incerta proveniência); e, por outro, na existência de abundante mas desigual literatura bibliográfica e hemerográfica, frequentemente imbuída de paixão ou nascida sob o signo de interesses pessoais ou ideológicos.

A principal razão desse resultado positivo reside, em primeiro lugar, na criação das suas próprias fontes históricas, através do recurso à história oral; em segundo lugar, na utilização do testemunho oral com algumas condições: amplo leque de testemunhos recolhidos, cobrindo sectores políticos que vão de um extremo ao outro da cena político-social portuguesa e espanhola (o autor entrevistou cerca de 77 personalidades, tendo recolhido centenas de horas de gravação), confronto constante desses testemunhos quer entre si, quer com outras fontes históricas.

A obra conseguiu, assim, tirar partido daquilo que as correntes mais conservadoras da historiografia consideram uma limitação: a proximidade dos acontecimentos e a consequente possibilidade de ouvir em directo os seus protagonistas. Nada que não se faça há já algum tempo no estrangeiro, mas que entre nós é ainda lamentavelmente pouco frequente. Neste contexto, é de toda a justiça assinalar, pelo carácter inovador que apresentam, os trabalhos de José Freire Antunes, de José Medeiros Ferreira e de Dawn Linda Raby, uma canadiana que fez

da realidade portuguesa objecto prioritário das suas investigações.

2. Não sendo, pois, uma obra com claras intenções ideológicas, não deixa porém, nas palavras do seu prefaciador, de ser uma obra que se estrutura “em torno do delineamento de um problema político axial que é o desenvolvimento democratizador português” (9). Porventura aqui poderá residir o seu aspecto mais polémico. Ao contrário de Hipólito de la Torre Gómez, penso que Sánchez Cervelló não esconjura totalmente os perigos de um certo determinismo, uma vez que analisa o 25 de Abril como uma cadeia sequencial com os seus picos em datas como o 28 de Setembro, o 11 de Março e o 25 de Novembro, o qual vem consagrar um determinado modelo de democracia, a democracia representativa ou parlamentar.

O que fica por saber é se, com base e em nome desse mesmo modelo, muita coisa não terá ficado para trás: outros projectos políticos e sociais que emergiram, forças que os tentaram protagonizar, pessoas que lhes deram rosto e energia...

O que está em jogo, ao fim e ao cabo, é saber se é possível “olhar” este período da vida portuguesa como uma sequência lógica e temporal (apesar dos inevitáveis *accidentes de percurso*), um processo teleológico conducente ao seu próprio fim (25 de Novembro) ou se, pelo contrário, ele não tem de ser “olhado” acima de tudo como afirmação de inúmeras, contraditórias e ricas possibilidades em aberto, o “salto do tigre no passado”, de que falava Blanqui, ou ainda o “irromper desse tempo profundo, esse tempo orgânico da acção, o momento indizível dos calendários, as intermitências do coração, como diria Proust”. (Louçã, 1993: 145).

O mesmo modelo operatório leva o autor, a esta distância, a introduzir na sequência quase vertiginosa dos acontecimentos uma racionalidade que eles de facto não tiveram, a qual, operando por divisões e exclusões, traçando uma fronteira entre zona escura e zona clara, faz excluir desta muitas e importantes manifestações.

Exemplo do que afirmo está na adopção prematura e demasiado rígida ao longo deste ensaio, das várias correntes em que se veio a dividir o MFA: corrente moderada, corrente gonçalvista e corrente populista (216-217).

Prematura porque, na verdade, em fins de 74 e princípios de 75, antes do golpe de 11

de Março, a divisão existente era muito mais entre os spinolistas e os outros, designação propositadamente abrangente e fluida por nela caberem, dada a relativa falta de clarificação ideológica, não só militares que vieram a integrar as três tendências referidas, como ainda tantos outros que vieram a revelar-se, por assim dizer, “inintegráveis” durante todo o processo. Só em pleno Verão quente (particularmente em meados de Julho e em directa ligação com a criação do Directório) pode falar-se com rigor na existência dessas três tendências no MFA.

Demasiado rígida porque, se é fácil e razoável essa arrumação *a posteriori*, na cabeça dos próprios actores e consequentemente na sua acção ao tempo, essa divisão, e sobretudo o respectivo enquadramento doutrinário, eram muito mais difusos do que as análises do autor podem fazer supor.

Se não vejamos: Vasco Gonçalves, por exemplo, sempre afirmou as suas convicções marxistas-leninistas. Poderá, porém, constituir uma certa dificuldade para a compreensão do processo identificar a sua teoria da vanguarda da revolução com a visão leninista dessa mesma vanguarda, como chamou à atenção Joaquim Teixeira Ribeiro (Gonçalves, 1976).

Por outro lado, como pode interpretar-se, com base nesse quadro, a reacção ao *Plano de acção económico-social*, importante documento que pretendia, depois de meses de indefinição, lançar as bases de uma política económica? Sendo o seu principal responsável Melo Antunes (chefe da corrente moderada) como é que o documento tem o apoio do próprio Vasco Gonçalves? (chefe da corrente gonçalvista)?

Se isto acontece com Vasco Gonçalves, considerado, apesar de tudo, como um dos militares mais fortemente conotados com determinado projecto político, acontecerá em muito maior grau, necessariamente, com personagens centrais do processo, cuja actuação não autoriza de modo algum a sua arrumação definitiva nesta ou naquela corrente. Estou a pensar, obviamente, e para já, em Costa Gomes e em Otelo Saraiva de Carvalho.

Como encaixar no *puzzle* traçado esse general “cauteloso, sempre indefinido, sem tomar decisões claras e concludentes, sem excluir nenhuma hipótese e estabelecendo pontes em todas as direcções” (260)?

E esse capitão operacional, a que o autor chama tão-somente “ziguezagueante Otelo”. (241)?

Mas penso também em outros nomes bem conhecidos e decisivos do processo como Carlos Fabião, Pinto Soares, Marques Júnior ou Salgueiro Maia. Em que grupo se integraram?

Na verdade, havia entre essas correntes, através dos seus componentes (militares acima de tudo!), áreas de conciliação e compromisso difíceis de analisar (apenas) politicamente. A prova está nas insistentes tentativas de entendimento feitas entre elas ao longo do processo.

E penso que a chamada "idiosincrasia militar", expressão tão ao gosto dos próprios agentes, será uma pista a explorar. Por ela (com suas normas de conduta, seus princípios, seus códigos de honra) passa certamente muito do compromisso e ambiguidade que marcaram o processo desde o início e que atingiram o ponto máximo (raizando o paradoxo) em pleno Verão quente de 75, na guerra (mais imaginária do que real...) dos documentos, durante a qual os órgãos de poder militar, nomeadamente a Assembleia do MFA, chegaram a apoiar no mesmo dia documentos totalmente incompatíveis, como aconteceu, por exemplo, nas dramáticas e agitadíssimas Assembleias de 8 e de 25 de Julho de 75. Com efeito, na primeira, os militares, tentando conciliar o inconciliável, apoiam três documentos radicalmente opostos: *Plano de Acção Política* (moderados), *Documento-Guia da Aliança Povo-MFA* (COPCON) e *Análise da situação política* (gonçalvistas); e na segunda, sob os temas "Um ritmo para a Revolução, um caminho para a independência nacional e um curso para continuar a descolonização" propostos por Costa Gomes, acabam por aprovar igualmente duas visões inconciliáveis: a do próprio Costa Gomes e a de Vasco Gonçalves.

Compreende-se e saúda-se, naturalmente, a preocupação do autor em desfazer alguns equívocos que têm alimentado muitas das análises do 25 de Abril, um dos quais é certamente a pretensa unidade do MFA, e até mesmo do seu antecedente, o Movimento dos Capitães; e, nesse sentido, não deixa de ser importante todo o seu capítulo 6, sintomaticamente intitulado "Os movimentos dos Capitães". Na verdade, baseando-se na tese de que o 25 de Abril nasce sob o signo da divisão, da qual a rivalidade entre as facções *ex-cadetes* e *ex-milicianos* era já um remoto mas inequívoco sinal, a obra trata com particular atenção e pormenor essa fase da movimentação à volta dos famosos decretos 353 e 409 de 1973.

Ao deslocar a tónica dominante na actuação política dos militares, da profunda divisão, que o autor tão fortemente sublinha, para a ambiguidade e indefinição, não pretendo de modo algum negar a existência dessa mesma divisão interna, que foi um facto por todos constatado, mas sim acentuar o modo particularmente culpabilizante e traumático como ela foi vivida quer no interior, quer no exterior do próprio Movimento. Daí as tentativas desesperadas de salvaguarda de uma mítica unidade do MFA, o qual, apesar disso, e segundo o Almirante Rosa Coutinho "nas suas épocas mais áureas não foi mais do que 15 ou 20% dos oficiais profissionais". (219), e as suas ressonâncias no imaginário colectivo. Daí as sempre difíceis relações entre um MFA que se queria coeso à *outrance* e as diferentes forças políticas que entretanto rasgavam irremediavelmente o tecido social português do pós-25 de Abril. Daí esse percurso singular de uma instituição (quem não se lembra do interminável debate nacional sobre a *institucionalização* do MFA?) que, hesitando entre ver-se como "partido político" ou como mero "estado de espírito", oscilando entre o excesso de presença e um quase total apagamento, configurou em si, para o bem e para o mal, os traços mais originais e específicos da nossa Revolução.

3. A tendência de Cervelló para encarar o processo revolucionário mais como *processo* e menos como *revolução*, mais como *continuum* e menos como *ruptura*, leva-o a não estabelecer uma fronteira entre os dois tempos: o pré e o pós 25 de Abril, assim tentando "analisar o processo político da mudança, cujo arranque se situa em fins da década de 50" (9).

Daí decorre, antes de mais, a atenção dada quer a todo o trabalho da oposição, intensificado muito claramente a partir do fim dessa década de 50, quer à própria preparação do golpe, aspecto este quase sempre deficitário na maior parte dos estudos sobre o 25 de Abril.

Na verdade, ele fornece ao leitor os elementos bastantes para superar definitivamente dois dos mais grosseiros erros que circulam quer no estrangeiro, quer mesmo em Portugal, sobre o 25 de Abril: o primeiro é que o regime anterior estava podre, e cai como um castelo de cartas, pelo que não há mérito algum para os conspiradores (há sim, o que é diferente, demérito para o próprio regime em crise e seus principais responsáveis). O segundo é que, bem à *portuguesa*, os capitães trabalharam muito

na base da improvisação, do "golpe de sorte" ou do "desenrasca", em boa gíria militar, pelo que também pouco mérito podem reclamar.

Ora a realidade das coisas, como de costume, não cabe nos estreitos limites das interpretações redutoras e lineares.

Se é certo que o regime estava desmoralizado e sem capacidade de reacção, não é menos verdade, porém, que para isso muito contribuiu a actuação do Movimento dos Capitães na sua fase clandestina. Para quem estudou com pormenor essa fase menos conhecida não é difícil classificar o comportamento dos capitães como surpreendente, imprevisível, por vezes mesmo desconcertante. Na verdade, quer oscilando entre a legalidade e a ilegalidade (e, consequentemente, entre a informação e desinformação das autoridades), quer aproveitando todas as brechas que o regime oferecia, os capitães souberam tirar amplo partido de uma situação que nunca deixaram eles próprios de controlar, o que lhes deu sempre capacidade de iniciativa e grande superioridade moral.

A prova está, por exemplo, na tibieza e indecisão das autoridades no que respeita aos castigos aplicados a militares conspiradores. Fazendo prova de completo desconhecimento da máxima maquiaveliana segundo a qual o mal, a fazer-se, terá que ser de uma só vez, para ser exemplar, ao contrário do bem, cuja aplicação deve ser gradual, para persistir por mais tempo na memória dos cidadãos, Marcelo Caetano aplicou sempre castigos demasiado brandos para serem levados a sério e, o que não é menos grave, quase sempre sobre as pessoas menos indicadas (171).

Ora, esse ambiente de descrédito e desorientação das autoridades, crescendo na razão directa da confiança e controle da situação por parte dos militares é-nos muito bem descrito por Sánchez Cervelló.

4. *Portugal en su paz* é o título (que a história se encarregou de revelar profundamente irónico...) de uma reportagem que o jornal espanhol *Arriba*, porta-voz do governo franquista, decidiu publicar no dia preciso em que o golpe eclodia em Lisboa.

Tal gesto parece-me extremamente ilustrativo do tipo de comportamento que o regime espanhol de então adoptou em relação à revolução portuguesa, o qual está longe de ser linear. Na verdade, através da obra em análise, é possível detectar um comporta-

mento complexo, marcado fundamentalmente pelas seguintes vertentes:

Distanciamento, quase indiferença, traduzidos na "leitura oficial" dos acontecimentos, ("o 25 de Abril não passava de um episódio de ordem interna") profundamente contrastantes, aliás, com o apaixonado interesse que desperta no povo espanhol, por tradição tão orgulhosamente ignorante do povo irmão (346).

Real preocupação interna, traduzida na atenção constante com que era acompanhada a par e passo a realidade portuguesa.

Respeito diplomático, repetidamente afirmado nos contactos bilaterais (em particular ao nível de embaixadores) e verificado concretamente no facto de o governo espanhol ser o primeiro a reconhecer as novas autoridades saídas do golpe, como o General Spínola, a quem envia uma calorosa saudação.

Finalmente, o apoio (forte e visível apoio) às forças contrárias à revolução.

Cervelló afirma, apoiado em eloquentes exemplos: "em Espanha a contra-revolução portuguesa organizou-se com o conhecimento, colaboração e apoio do governo. O seu centro logístico estava em Madrid, o seu serviço de informação em Alcalá de Henares, e as suas bases de treino nos arredores do Vale dos Caidos, em Ávila e em zonas da fronteira com Portugal." (351).

A data de 11 de Março parece ter sido o momento alto desta actividade contra-revolucionária em Espanha. Ainda de acordo com testemunhos recolhidos pelo autor, "na reunião efectuada em Madrid, a 9 de Março, o ex-governador de Angola, Santos e Castro, que fazia de ponte entre a direcção dos contra-revolucionários portugueses e o governo espanhol, garantiu que Arias Navarro lhe tinha oferecido o reconhecimento da Espanha ao novo governo direitaista no caso de conseguirem tomar momentaneamente o poder, ajudando decididamente a consolidá-lo, ou que, em caso de derrota, lhes dariam asilo político, como efectivamente aconteceu mais tarde." (351).

5. Não poderemos, porém, deixar de assinalar algumas imprecisões que prejudicam a obra e se tornam quase incompreensíveis em alguém que se revela tão profundo conhecedor deste complexo período da nossa história.

Em primeiro lugar, a controversa questão da escolha dos chefes do Movimento. Cervelló

afirma que, na reunião de Óbidos (1 de Dezembro de 73), entre outras coisas se decidiu: “escolher como chefes do Movimento Costa Gomes e Spínola” (160). Isto será só meia-verdade, porque a verdade inteira é que, procedendo a votação para escolha de um chefe para o Movimento, Costa Gomes ficou em primeiro lugar e Spínola em segundo. E se é certo que em toda a fase conspirativa os capitães os associavam e os consideravam seus naturais e legítimos chefes (correspondendo mais uma vez a um imperativo de lógica e de ética militar, que é a necessidade e o respeito pela hierarquia...) não deixa margem para dúvidas que, se mais não fosse por força da própria votação, Costa Gomes estava investido, por assim dizer, perante os capitães, de mais legitimidade. Tal facto fez nascer, naturalmente, em todos os implicados, a convicção de que seria ele a assumir de pleno direito a presidência da Junta de Salvação Nacional. E só assim se explica, aliás, a genuína surpresa com que os capitães assistem à apresentação da J.S.N. com Spínola (e não Costa Gomes como eles esperavam) a presidi-la. Esta não terá sido, porém, nem a última, nem a menor surpresa de uma jornada tão recheada delas...

Passemos à importante reunião da Comissão Coordenadora (eleita em 1 de Dezembro em Óbidos) na Costa da Caparica, que o autor situa em 8 de Dezembro e que na realidade se realizou a 5 do mesmo mês. Cervelló afirma que nessa mesma reunião “a primeira resolução foi a eleição de um organismo executivo de três membros: Otelo Saraiva de Carvalho, Vítor Alves e Vasco Lourenço, encarregados de organizar o golpe de Abril, apesar de em Óbidos se ter aprovado não realizar actos de força” (161). O processo, na verdade, foi um tanto mais complexo. A passagem de uma solução pacífica a uma solução revolucionária foi amadurecendo, digamos assim, gradualmente, de reunião para reunião, uma vez que os capitães sempre tiveram muito presente o perigo de galgar etapas e a direcção da Comissão Coordenadora que se refere, nunca foi propriamente encarregada de organizar o golpe, mas antes de conduzir o processo, “assumindo em conjunto a responsabilidade de decisões a tomar em casos emergentes.” (Carvalho, s.d.: 179)

A distância que decorreu entre os primeiros dois grandes comícios em liberdade do P.C.P. (no Pavilhão dos Desportos em Lisboa) e do P.S. (no Porto) não foi de um

mês, como afirma o autor (203), mas de apenas 4 dias. Ou seja, o primeiro foi em 29 de Junho e o segundo em 4 de Julho.

A menos que se trate de um vulgar erro tipográfico, originado pela grafia muito semelhante de Junho e Julho, o autor erra também na data de um outro acontecimento importante: o apertado calendário de visitas que Spínola realiza às principais unidades do país com vista a uma avaliação das suas reais bases de apoio. Tal série de visitas não decorre em fins de Julho, como se afirma (205), mas sim em fins de Junho, porque, em finais de Julho, mais precisamente a 27, faz o General a sua declaração de renúncia ao cargo de Presidente da República. Várias outras imprecisões haveria a assinalar, quer ainda no que respeita a datas (por exemplo a tomada de posse do 2º Governo Provisório não foi em 18 de Agosto, mas sim um mês antes, portanto a 18 de Julho), quer também no que respeita à qualidade da tradução. Se, atendendo aos nossos objectivos, pode não ser muito grave a utilização de expressões como *revulsivo* (168), *conflituosidade social* (200), *carácter assemblar* (203), *ponto auge* (203) ou *obsessionou* (331), o mesmo já não diremos da expressão *balas traçadoras* (225) utilizada no texto para significar balas tracejantes, ou *Intendencia Militar* (206), para referir a Manutenção Militar.

6. Como nota final, importa deixar claro que as imprecisões assinaladas, não sendo exaustivas, são porventura as mais significativas e merecem ser encaradas como o que realmente são: excepções que confirmam a regra do rigor e da profundidade de análise demonstrados ao longo das cerca de quatrocentas páginas desta obra imprescindível. Sabendo, porém, que na origem ela era bem mais extensa, tendo constituído a tese de doutoramento do autor, é bem provável que tais deficiências se devam à tarefa sempre ingrata de sintetizar, cortar e condensar.

Com o aparecimento deste trabalho ficamos, pois, a contar com um instrumento de análise da nossa revolução vista a partir de dentro, digamos assim, em profundidade, tal o nível e a quantidade de informação desse período tão complexo, revelados pelo autor. No entanto, simultaneamente, ele abre para outra ordem de questões, que obrigam a perspectivar essa mesma revolução não só em profundidade, mas também em extensão, não só a partir de dentro, mas também a partir de fora.

Ao mostrar que "sem a Revolução de Abril a mudança política em Espanha teria sido de outro modo" (383), Cervelló apenas vem comprovar que, pese embora o proverbial desconhecimento mútuo dos dois povos peninsulares, nada do que se passa num deixa de ter reflexos no outro. Aconteceu que em 25 de Abril o vento da mudança soprou no sentido oeste-este, como poderá ter soprado no sentido este-oeste, noutras ocasiões. (A Constituição de Cádiz de 1812 inspirou os liberais portugueses, tal como o absolutismo espanhol foi decisivo no apoio ao Miguelismo).

196

Mas suspeito que dizer isto, não seja ainda dizer tudo...

É muito possível que este "determinismo" não seja senão o aspecto (bem visível na obra em apreço) de um outro não tão visível, mas certamente não menos eficaz, que chamarei de "geo-estratégico-económico". Através dele, e usando novamente a metáfora meteorológica, temo cada vez mais que os ventos que sopram nos dois países da Península, quer no sentido este-oeste, quer no sentido contrário, tenham a sua verdadeira origem fora de qualquer um deles, algures, nessa Europa das Comunidades. Ou, parafraseando Umberto Eco, é muito possível que "a revolução nacional já não se faça, porque tudo é decidido noutra lugar".

Devemos, de qualquer modo, ficar gratos a Josep Sánchez Cervelló, pelas certezas, pelas inquietações e dúvidas que nos trouxe, mas, sobretudo, por convocar os seus compatriotas a pensar connosco, olhos nos olhos, e não de costas voltadas, questões que afinal nos são mais comuns do que pareciam.

Referências Bibliográficas

- Carvalho, Otelo Saraiva de (s.d.), *Alvorada em Abril*. Lisboa, Bertrand.
- Gonçalves, Vasco (1976), *Discursos. Conferências de Imprensa. Entrevistas*. Porto, Inova.
- Louçã, Francisco *et al.* (org.) (1993), *À esquerda do possível. Textos de Combate*. Lisboa, Edições Colibri.

GEORGE, Ritzer (org.), *Metatheorizing*, Newbury Park, Sage, 1992.

Se é verdade que a conflitualidade entre o paradigma marxista e o paradigma estrutural-funcionalista marcou definitivamente o desenvolvimento da Sociologia, também é verdade que, acompanhando o que genericamente se designou por "crise da Sociologia Ocidental" (Gouldner, 1970), se vem assistindo desde o início da década de setenta a uma profunda "reestruturação" da teoria social, tópico sobre o qual tem sido produzida extensa bibliografia (Bernstein, 1976). Entre os muitos factores que contribuíram para este renovar do interesse pela teoria, destacamos três. Em primeiro lugar, o relativo esgotamento dos dois paradigmas dominantes nas ciências sociais, o que contribuiu para a expansão de muitas outras teorias e perspectivas teóricas. Em segundo lugar, o facto de a investigação e análise em teoria sociológica terem tomado de uma forma consciente a própria teoria como objecto de estudo. E, em terceiro lugar, o surgimento e desenvolvimento de novas propostas teóricas caracterizadas por seguirem uma estratégia de teorização de base ecléctica visando a obtenção de sínteses teóricas.

É neste contexto que se vão desenvolvendo as duas mais importantes correntes de investigação sobre a teoria: a Sociologia da Sociologia e a Análise Metateórica (ainda que muitas investigações desenvolvidas nas áreas da Sociologia da Ciência, Sociologia do Conhecimento e História da Sociologia sejam igualmente importantes). O trabalho metateórico em sentido lato tem sido realizado na Sociologia de uma forma implícita ou explícita desde a emergência deste campo disciplinar. Já neste século os trabalhos de Pitirim Sorokin, Talcott Parsons, Robert Merton e Georges Gurwitsch revelavam fortes preocupações neste domínio. Mas também os clássicos desenvolveram trabalho metateórico que teve por objecto o estudo dos seus antecessores intelectuais. Pode salientar-se o caso de Karl Marx que, na sua análise do capitalismo, se envolveu de uma forma sistemática com a obra de Hegel, o estudo dos Jovens Hegelianos, a Economia Política e o Socialismo Utópico. Mais próximo de nós, a Teoria da Acção de Parsons baseada num estudo aprofundado de Alfred Marshall, Vilfredo Pareto, Max Weber e Emile Durkheim, e a fenomenologia de Alfred Schutz, que liga a obra de Weber,